

Resgatando o Programa Nacional Paz na Escola

Como promover a escola como lugar seguro, ao cuidado, à socialização, à construção do saber, à preservação da vida e da felicidade?

A resposta não está no vento, nem nos muros, nem dos detectores de metais, nem do aparato policial. A resposta está numa cultura de paz e de direitos humanos.

O governo Fernando Henrique sob a inspiração/decisão do ministro José Gregori criou em 1999, no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos o Programa Nacional Paz na Escola.

O programa fomentou uma rede de parcerias, com instituições públicas e privadas e atores sociais capazes de transformar a escola num espaço de promoção da paz e da cidadania. Centenas de iniciativas, projetos, ações formataram o Programa em todo país, com estímulo financeiro e com uma linha metodológica e uma concepção filosófica que o antídoto da violência é a solidariedade, a cooperação, o respeito, o afeto, o cuidado e o amor.

Onze anos se passaram e a assertividade desta concepção se mostra viva e presente na forma como a sociedade brasileira deve buscar enfrentar a violência no cotidiano das escolas.

Lições emergem das experiências práticas que devem ser trazidas à luz, para orientar, cada vez mais o investimento social público e privado a contribuir efetivamente para o desenvolvimento do país, atuando junto à juventude, fazendo-a protagonista do seu próprio bem viver, fazendo-a empunhar as bandeiras da paz e do desenvolvimento sustentável.

Promover sinergias de forças propulsoras da paz foi a grande estratégia do programa, descobrindo tais forças na experiência do esporte, dos grêmios, da polícia solidária, nos Parâmetros Curriculares de Ética e Cidadania do Ministério da Educação, nas associações comunitárias, nas artes, enfim na gama de expressões concretas que exprimem o compromisso e o amor a vida e a felicidade.

Estratégias que somadas consubstanciam as relações democráticas dentro da escola e da escola com a comunidade e fortalecem a construção da democracia no concreto e no cotidiano.

Abrir a escola no sentido material e simbólico é o caminho mais adequado para transformá-la num espaço de paz e de atração para os jovens.

Romper com os muros de ferro, cimento e sobretudo os muros pedagógicos e da intolerância é dever de todos, é tarefa impostergável na agenda do século XXI, que todo dia nos impõe uma reflexão e uma tomada de decisão pela barbárie ou pela civilização.

Iluminar as quadras, e efetivar esporte à noite é receita comprovadamente eficaz que diminuiu índices de criminalidade e rivalidade entre gang's juvenis, não só em Nova York mas nas cidades satélites do Distrito Federal, através do emblemático Projeto Esporte à Meia Noite criado em 1999 por uma corajosa policial chamada Aldadei Filha. Difícil para não dizer quase impossível citar nomes. Foram muitos!

Foram, 107 projetos em todo país, 40 parceiros institucionais, para execução na ponta, instituições consolidadas que permitiram um desenho inédito ao projeto e uma multiplicidade de iniciativas pautadas nas linhas mestras do programa: Mobilização social; Ampliação das ações da sociedade civil complementares à educação formal; Construção de uma nova relação polícia-escola; Difusão da temática Paz na Escola com

processos amplos de comunicação social; Produção de Conhecimento e Informações sobre Violência e Cultura de Paz.

As metodologias de intervenção, privilegiaram o que chamamos de construção coletiva, daí a importância das rodas de conversa, das oficinas de desconstrução da violência, dos cartazes que retiraram a letra “r” da palavra arma, para transformá-la em ama; da criação dos mais diferentes espaços para abordagem do tema na sua ampla dimensão e complexidade.

A violência, e não violência flui na vida e integra a saúde mental e reprodutiva, o esporte, a carreira, o lazer, enfim o conjunto de bens, aspirações e realidades que perpassam a vida dos jovens.

Hoje, ao debruçar sobre os relatórios, pelas conversas com parceiros e avaliadores e substancialmente com a equipe que acompanhou o nascimento e o desenvolvimento do programa de 1999 a 2005, até quando tive uma posição gerencial de destaque em relação ao mesmo, pudemos dizer que aprendemos:

- 1) A inter setorialidade respeitando competências próprias e especificidades culturais dos vários parceiros promove robustas ações conjuntas;
- 2) Quando maior for a autonomia dada aos núcleos de decisão para gerir recursos maior será a capacidade de consolidar e articular novas parcerias e novos atores;
- 3) Redefinidas as regras de uma escola, de forma democrática, aguça-se o sentimento de pertencer e o compromisso com o acordo coletivo, portanto são maiores as possibilidades de sucesso de uma cultura de paz.
- 4) Para superação do discurso comum sobre violência que acaba por aumentar o medo e a insegurança, e reforça o padrão que violência se combate com mais violência há uma mudança radical nos temas que mediam a relação educativa na promoção de uma cultura de paz. Temas privilegiados são: Estatuto da Criança e Adolescente, Saúde Reprodutiva e Direito a uma sexualidade saudável, Relação da Escola com a Comunidade; Drogadição, Violência sexual e doméstica, Diversidade de gênero, raça, orientação religiosa e sexual; Direitos Humanos no cotidiano, como exemplos. A diversidade de profissionais, com formação diferentes e a integração entre o saber especializado a experiência popular assegura maior riqueza e efetividade aos processos de educação pró cultura de paz.
- 5) Escutar o jovem, através de instrumentais de pesquisa que dêem conta do seu universo complexo e sua linguagem muito própria e muito dinâmica. Muitas dessas expressões, foram transformadas em peças de arte, como roteiros de vídeos e músicas.
- 6) A desconstrução da violência e a implementação de uma cultura de paz, exige uma pedagogia ativa, com táticas e estratégias; um planejamento com metas de curto, médio e longo prazo. As responsabilidades pela vida e pelo rumo da escola são compartilhadas por todos, tanto pelos agentes da escola, da família, como da comunidade.

Existem caminhos para desconstrução da violência nas escolas, basta ter olhos para ver e disposição para agir coletivamente.

Denise Paiva, Rio de Janeiro abril de 2011